MARIA DA GLÓRIA BORDINI

Incidente em Antares: a circulação da literatura em tempos difíceis

MARIA DA GLÓRIA BORDINI é professora da PUC-RS.

m 1971, Erico Verissimo, que regressara ao Brasil após uma estada em Washington, junto a sua filha Clarissa, terminava a redação de seu novo romance, *Incidente em Antares*. As circunstâncias de produção do romance eram *sui generis*: ele planejara escrever um novo romance urbano, que encerraria a série dedicada à vida metropolitana, sob o ângulo da denúncia das hipocrisias da alta burguesia, envolvendo problemas de solidão, drogas, consumismo e pequenas vaidades. Um incidente, entretanto, desviou-o de seus propósitos.

Já havia roteirizado o romance, cuja idéia vinha de anos atrás, desde os tempos de *Noite*, obra publicada em 1954, cuja visada psicológica causara estranheza, mas que indiciava o rumo das preocupações do escritor quanto à representação da vida na cidade grande. Erico esboçara o novo romance em 1969, sob o título de *A Hora do Sétimo Anjo*, numa alusão ao fim dos tempos do Apocalipse de São João, quando viu uma fotografia na capa de uma revista norte-americana, que ele não lembra se teria sido a *Newsweek* ou a *Times*. Figurava uma greve de coveiros nova-iorquinos, com doze caixões à espera de sepultamento. O insólito da foto acendeu a imaginação do romancista. Diz ele ter pensado: "E se esses mortos resolvessem erguer-se e fazer greve contra os vivos?" (ALEV 03e0604-1971)[1]. Todavia, a idéia não lhe pareceu verossímil num país em que greves não atingiam categorias como a de trabalhadores em cemitérios. Além disso, os acontecimentos nacionais após 1964 não recomendavam opor mortos contra vivos, como se as vítimas do golpe militar se erguessem para denunciá-lo.

Naquele ano de 1971, o Brasil enfrentava o endurecimento da ditadura militar. O governo era ocupado pelo gen. Garrastazu Médici, que azeitara com grande eficácia a máquina repressiva do regime. Os malfadados atos institucionais, em plena vigência, haviam revogado os direitos mais fundamentais da cidadania, como os de reunião, de pensamento e de livre expressão. Ameaçavam-se os formadores de opinião com a Lei da Censura Prévia, a qual obrigava a imprensa e a indústria editorial a submeter aos órgãos censórios as publicações em curso. Nessa época de aguda repressão do pensamento divergente, a presença explícita dos censores oficiais transparecia nas colunas dos jornais, mantidas em branco ou preenchidas por segmentos de *Os Lusíadas* ou da *Bíblia,* nos veículos mais sérios, ou por receitas culinárias, nos mais atrevidos. A vigilância cerrada induzia igualmente os meios de comunicação social à autocensura, numa atitude defensiva que redundava em desinformação e distorção da vida nacional junto ao grande público.

No mundo do livro, as editoras se afligiam com a possibilidade anunciada de terem de submeter seus livros à censura antes da edição, sob a ameaça de que poderiam ser apreendidos depois de impressos se considerados subversivos. Em conseqüência, na rede livreira, desapareceram das prateleiras as obras de estímulo ao pensamento e à crítica, desde as filosóficas até as dedicadas às ciências humanas, substituídas por livros técnicos e pedagógicos. No âmbito da literatura, sufocaram-se as produções abertamente contestatórias – na dramaturgia houve freqüente proibição de exibição de peças, algumas retiradas do palco à força –, de modo que os autores derivaram, uns para a exploração dos conflitos interiores, para a incomunicabilidade do eu, outros aproximaram-se da reportagem, focalizando camadas desprivilegiadas e figuras das periferias urbanas, e outros ainda procuraram manter-se fiéis a seus princípios de engajamento social através da metaforização da realidade sob a figura de universos fantásticos.

1 Indicação do Acervo Literário de Erico Verissimo. No final deste artigo, serão dadas as referências completas.

Erico Verissimo, porém, continuava perseguido pela fotografia dos féretros insepultos. Tentava finalizar *A Hora do Sétimo Anjo,* em que também a sociedade seria observada pelo ângulo de um defunto, mas o projeto não encontrava o caminho para o acabamento. Em 8 de maio de 1970, ao passar ao lado de um cemitério de Porto Alegre, a idéia retornou e, conforme revela em entrevista (ALEV 03e0025-1971), ao passear com Mafalda no Alto Petrópolis, o tema tomou-o de tal maneira que terminou de esboçar o enredo ao atingir a esquina da Avenida Carlos Gomes com a Protásio Alves. "E o título me veio como que soprado pela brisa daquele belo outono".

Para solucionar a greve inverossímil, inventou uma parede do operariado de um pólo industrial de uma cidade interiorana nas bandas do Rio Uruguai, perto de São Borja. Ao chegar em casa, engavetou *A Hora do Sétimo Anjo* e desenhou a lápis colorido a praça central onde se desenvolveria o incidente do título. Um mês depois, ao visitar a filha em McLean, na Virgínia, ele, que em geral não conseguia escrever nos Estados Unidos, sentou-se à frente da máquina Royal vermelha que Clarissa mantinha na sala ao rés do chão, ao lado de um janelão que dava para a floresta atrás do pátio, e começou a redigir a primeira parte, a história da cidade de Antares. Isso aconteceu, segundo seu diário de criação, no dia 29 de junho de 1970 e acabou no dia 12 de dezembro, quando retornou ao Brasil.

O diário (ALEV 04b0062-1970) é bastante revelador do processo criativo do escritor: registra decisões compositivas, bloqueios, fusão de notas já existentes, boa parte oriunda da arquitetura incompleta de *A Hora do Sétimo Anjo*. Personagens migram desse romance para *Incidente*, como Valentina ou o próprio Martim Francisco Terra, e questões sobre a perspectiva da narração, um dos problemas enfrentados no romance inacabado, são retomadas e solucionadas graças à opção por uma estética não mais realista, mas orientada para o absurdo e a sátira política.

Em dezembro de 1970, Erico deixa passar o mês e depois retorna ao romance, "com enorme ímpeto e deleite" (ALEV 03e0112-1972). Um dos cadernos de notas do escritor (ALEV 04b0061-1970) mostra que entre as fontes para a construção da personagem Martim Francisco está *O Homem Revoltado*/*O Mito de Sísifo*, de Albert Camus, o que afasta a hipótese de que ele apenas estivesse seguindo a onda do *boom* da literatura fantástica latino-americana. É inegável que o incidente pode ser classificado de real-maravilhoso, nos termos de Alejo Carpentier[2], mas sua incompreensibilidade, acentuada pela história ascensional de violência da sociedade antarense, situa o texto igualmente na órbita do absurdo, o que talvez explique de modo mais convincente por que só no final é possível tomar Antares como alegoria do processo que resultou no Brasil pós-64.

Diz ele em entrevista ao jornal *Opinião*, em 29 de janeiro-5 de fevereiro de 1973:

"Conheci Alejo Carpentier em 1954, quando ele estava exilado na Venezuela por causa da ditadura de sargento Batista. [...] Concordo com ele quanto à fatalidade, digamos assim, que nos impeliu para o 'realismo mágico'. Note-se que o adjetivo *mágico* aqui significa também absurdo. [...] Não creio que tenha feito propriamente realismo mágico em *Incidente em Antares*. [...] Pensemos, por exemplo, no Rio Grande do Sul, na nossa paisagem verde e desafogada, na nossa população de origem européia, na nossa pobreza folclórica, na nossa quase ausência de 'mistério à flor da terra' e havemos de concluir que o realismo mágico aqui seria algo postiço" (ALEV 03a1005-1973).

Dessa forma, pelo viés da estética do absurdo, o impacto de *Incidente* se torna maior, uma vez que sugere o advento do ininteligível como gatilho para a derrocada da democracia no país. Cumpre não esquecer que o juízo dos mortos sobre os vivos no coreto da praça de Antares é tão insuportável para a platéia antarense, que, voltando os mortos a seus túmulos, mais que depressa as autoridades acionam a Operação Borracha, para fazer de conta

2 Alejo Carpentier, "Prologo", in *El Reino de Este Mundo*, 5ª ed., Montevideo, Arca, 1972, p. 10.

que nada aconteceu[3]. Toda a denúncia das arbitrariedades do regime de governo de Antares se apaga, imagem mais do que eloqüente do período do "Brasil, ame-o ou deixe-o", em que a aparência de normalidade, mantida pelo silenciamento forçado da mídia e pelo incremento dos espetáculos televisivos e futebolísticos, escondia as tentativas de revolução armada e os desmandos dos militares.

Tanto Erico tinha consciência do alcance político de sua sátira absurda que, perguntado em 18 de dezembro de 1971, por Norma Marzola para a revista *Manchete,* se submeteria seus livros à censura prévia, ele responde : "Já disse muitas vezes que não submeteria os originais de meus futuros livros a nenhuma censura prévia. Fazer isso seria cometer uma triste forma de suicídio moral. Se essa lei passar, teremos dado uma guinada vergonhosa no rumo do obscurantismo e dos autos-de-fé" (ALEV 03e1497-1971). O que Erico provavelmente soube apenas depois é que *Incidente em Antares* foi lido pelos militares do Terceiro Exército antes da publicação definitiva, como informa seu editor à época, José Otávio Bertaso, então diretor da Editora Globo de Porto Alegre.

Em entrevista concedida em 29 de abril de 2004, arquivada no Acervo Literário de Erico Verissimo, Bertaso conta como a Editora Globo driblou o regime militar ante à possibilidade nada remota de que o livro de Erico fosse apreendido após ser posto em circulação nas livrarias. Informa ele:

"Acho que o Erico começou a escrever o *Incidente* depois de *O Prisioneiro*, em 1969. Lembro muito bem quando recebi os originais, em 1971. Nós trabalhávamos ainda lá no Centro e estávamos nos mudando para o Menino Deus. O *Incidente em Antares* contava a história de duas famílias de caudilhos como tantos do nosso interior, os Campolargos e os Vacarianos. Erico disse que ia escrever algo sobre uma cidade que desde sua fundação havia atravessado diversas provações e que tinha vivido um incidente extraordinário durante o regime implantado após 1964, na ditadura militar. Ele queria uma capa com um grande sol vermelho de peste sobre a cidade, e todos corriam para fotografar os pores-do-sol quando ele telefonava avisando que naquela hora H o sol estava como ele imaginava".

Como os leitores da época devem estar lembrados, a primeira edição do romance foi publicada com uma capa desenhada, em que uma cidade em perfil negro, quase caricata, aparece ante um enorme sol ominosamente rubro, sobre um fundo branco, o que significa que os crepúsculos do Guaíba eram líricos demais para, sob forma fotográfica, expressar o pesado clima da obra, habilmente captado pelo autor da capa, o publicitário e hoje pintor Roberto Miguens (ALEV 08 a0064-1971). A ilustração sugere o humor negro com que se traduzia, do ponto de vista do narrador dominante (uma vez que há vários, em diversos estágios de percepção do evento extraordinário), o horror dos mortos-vivos e da história pregressa da cidade.

Continua José Otávio Bertaso a história da edição de *Incidente* com abundância de detalhes:

"Recebemos os originais e imediatamente os passamos à tipografia. O livro começou a ser composto antes mesmo que fosse editorado. Lá pela tantas, peguei os paquês e comecei a ler. Fiquei meio impressionado com algumas coisas que ali estavam. Cheguei à conclusão que se nós publicássemos o livro, ele poderia ser objeto de apreensão pela Censura Prévia que existia então. Bolamos um cartaz em negro com os dizeres: NUM PAÍS TOTALITÁRIO ESTE LIVRO SERIA PROIBIDO, o fac-símile da capa, e, embaixo, a frase: 'à venda nas livrarias'. O cartaz estava sobre a mesa quando a pedagoga e psicóloga Juracy C. Marques, que à época estava publicando um livro conosco, viu a arte-final e nos alertou de que era muito agressivo e poderia nos causar problemas".

Defrontado com o temor do regime, primeiro pelo teor do romance e depois pela voz de cautela da professora, o edi-

3 Cf. Erico Verissimo, *Incidente em Antares*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 408.

tor imagina uma saída desafiadora, pois sua experiência dita que o escândalo e a curiosidade sempre vendem livros. Mas, conhecendo os riscos, cerca-se de medidas de precaução. Continua ele:

"Naquele ano, estávamos também publicando, do gen. Paula Couto, *Quatro Perfis de Chefia*. Peguei o telefone e liguei para o irmão dele, que comandava o Terceiro Exército. Pedi uma entrevista, explicando que havíamos recebido uma advertência sobre o cartaz de *Incidente em Antares* e queríamos sua opinião. Levei 150 paquês e a arte-final do cartaz. Eu havia lido, por fim, o final do livro, que ainda estava em composição. Escrevendo a palavra 'liberdade', um estudante havia sido fuzilado. Diante do cartaz e das provas, o Paula Couto me recebeu com dois coronéis, um encarregado da Segunda Seção, de Inteligência, e o outro da Quinta, que não sei do que tratava. A resposta que recebi foi que o cartaz estava perfeito e que não percebiam agressividade nenhuma. O que eles gostariam de conhecer era, evidentemente, o conteúdo do livro. Entreguei as 150 páginas em paquê e uma carta do Instituto Nacional do Livro, assinada pela diretora Maria Alice Barroso, nos propondo a co-edição da obra e completei dizendo que no momento que o livro saísse eles receberiam cinco exemplares, três para eles e dois para a biblioteca".

A edição não recebeu o patrocínio do INL, por evidentes impedimentos políticos, apesar da abertura intelectual e da ousadia de Maria Alice Barroso em contornar os ditames de seus chefes, mas Bertaso cumpriu a promessa. Ao que parece, entretanto, os dirigentes do Terceiro Exército se deram conta de que não lhes convinha desafiar o prestígio público de Verissimo e da própria família Bertaso, altamente reputada nos círculos políticos do Estado. Bertaso narra inclusive um fato inédito: "Desde o primeiro ano de lançamento, o *Incidente em Antares* passou a ser adotado pela Academia Militar de Agulhas Negras, para a qual passamos a vender 600 exemplares ao ano. Essa reação favorável ao livro é tão surpreendente que não sei explicá-la".

Seja como for, cegueira do regime militar, ou clarividência quanto à repercussão que um mandado de apreensão determinaria no cenário da cultura brasileira e nos meios literários internacionais em que Erico era conhecido, o recurso de *marketing* editorial da obra obteve uma resposta muito positiva por parte dos leitores brasileiros. Bertaso informa, sobre a circulação da obra, que "o total de exemplares, em edições sucessivas de 5.000 exemplares, atingiu 30.000 só naquele ano de 1971. O cartaz foi impresso e distribuído por todo o Brasil. O livro era acompanhado de uma cinta vermelha com letras negras e a mesma frase do cartaz".

Nas abas do livro, os editores declaravam que o autor achou melhor não fornecer uma sinopse do livro, para não revelar o culpado de antemão. Citavam Verissimo textualmente – "abri a veia da sátira e deixei correr seu sangue livre e abundantemente" –, reproduziam a epígrafe, caracterizavam o romance como "desmobiliado", com predomínio de ação e diálogo e realçavam o tratamento franco e objetivo dos problemas sociopolíticos. O romance era tido como desaguadouro de tendências do escritor, desde o fantástico que aparecia em contos de 1929 e 1931. Não se mencionam a ditadura, desmandos políticos nem se dá qualquer indício sobre o incidente ou sobre o conteúdo contestatório do romance (cf. o exemplar em ALEV 8 a0064-1971). Entretanto, perguntado sobre as reações ao livro, Bertaso reconhece: "Poucas manifestações apareceram. Houve muitas notícias, mas a crítica foi reduzidíssima. Por temor à censura, evidentemente".

De fato, a circulação posterior de *Incidente em Antares* não conseguiu manter a marca do ano de seu lançamento, embora tenha se mantido expressiva para o mercado nacional desde então, esgotando tiragens uma após outra até hoje. A crítica da época foi perfunctória e por vezes cercada de precauções. Na maior parte dos casos, não alterou o horizonte de expectativas já formado sobre a obra anterior de Verissimo: enfatizou sua habilidade como contador de histórias, censurou sua incursão pelo fantástico, e dividiu-se, conforme as cores ideológicas de cada um, quanto a seu poder de denúncia. As

evidências de alta vendagem num primeiro momento obrigaram os jornais a pôr seus críticos de plantão a comentarem o texto, mas a venda continuava, mesmo que não alcançasse as quantidades excepcionais do início, prova de que no mínimo uma lacuna entre público e instituição crítica havia.

No dia 27 de novembro de 1971, no Suplemento do *Jornal do Brasil*, a lista de mais vendidos no Rio apresenta *Incidente em Antares* em primeiro lugar (ALEV 03c1285-1975). Na mesma edição, Carlos Lacerda comenta, de modo veladamente enigmático, em "Os Fantasmas de Erico Verissimo", os acertos e erros do escritor, sobretudo a opção pela fantasmagoria dos mortos. Diz ele ao final:

"Alguém dirá que os fantasmas desse romance não convencem. A mim, convenceram. Para mim, este romance está repleto de fantasmas, muito além daqueles que o Autor definiu como tais. E isto é que dá ao livro sua grandeza, a par da coragem simples e despretensiosa com que faz as necessárias denúncias e toma, em face do abuso, a posição que compete à inteligência" (ALEV 03c0778-1971).

Erico, na entrevista que concede a *O Globo* de 7 de dezembro de 1971 (ALEV 03c1447-1971), parece responder àqueles que estranham sua virada criativa. Em primeiro lugar, trata de estabelecer a filiação do romance, em termos de ironia e sátira, a uma tradição por ele mesmo praticada desde *Fantoches,* a coletânea de contos que veio a lume em 1932. Depois, acentuando o caráter compromissado de seu novo livro, mas não vinculado aos conflitos ideológicos do momento, declara-se um romancista engajado, não a partidos, mas à vida, alegando: "Veja como os 'defuntos' de *Incidente em Antares* continuam sendo homens, sujeitos a todos os reflexos condicionados que movem os vivos, e todos eles ainda interessados na vida" .

Essa estratégia de direcionamento da recepção não produz frutos expressivos. Em 8 de dezembro de 1971, Hélio Pólvora, no Caderno B do *Jornal do Brasil*, afirma a intencionalidade do emprego do fantástico para a condução de uma sátira que ele considera leve e sorridente, típica de um simples contador de histórias. Entretanto, ao final, faz uma constatação sibilina, ao contrariar essa presumida leveza:

"[...] nem por isso o romance alivia o peso de uma reflexão que caracteriza esta última parte da obra de Erico Verissimo. Nunca foi ele um mais perfeito exemplo, entre nós, de contador de histórias, nobre e digno nesta arte que encerra também, se bem exercida, significados além da ficção" (ALEV 03c0718-1971).

Por outro lado, há os que reconhecem nesse contador de histórias um exímio romancista, legitimamente preocupado com os rumos da nação brasileira, mesmo que sem assumir posições revolucionárias. É o caso de Rolmes Barbosa, escrevendo "Os Poliedros de Erico Verissimo" para *O Estado de S. Paulo* em 3 de fevereiro de 1972, logo após o lançamento da obra. Barbosa enfatiza o caráter poliédrico das figuras humanas do romance, elogia a seqüência do retorno dos mortos à praça como das "mais fascinantes da moderna ficção brasileira" e o "tom de decisiva participação" do romance nas questões do país, "o único da América Latina com possibilidades de se tornar uma nação de importância mundial", desde que se dê conta de suas responsabilidades e de que "a festa acabou" (ALEV 03c1188-1972).

A seu lado alinha-se Tristão de Athayde, em artigo "O Antimachismo", para o *Jornal do Brasil* de 10 de fevereiro de 1972, em que louva a atitude corajosa do autor "dadas as atuais circunstâncias políticas" e diagnostica como de maior valor no texto a sua vocação desmitificadora do machismo, já exercitada em *O Tempo e o Vento*. Reprova a segunda parte, percebendo no autor um desconforto no tratamento transrealista do tema, mas refere que, ao retomar o corte satírico, produz "páginas admiráveis e socialmente reconfortantes para os que vivem saturados do triunfalismo hodierno" (ALEV 03c1185-1972). Transparece, pois, nesse pronunciamento de um crítico visto como conservador, o desgosto com a situação do país, que encontra consolo

no romance de Verissimo, embora a tentativa de inovação estética do autor não seja vista com bons olhos.

Em 17 de abril de 1972, Marcos Santarrita, em artigo para o *Correio da Manhã*, intitulado "Erico: a Volta de um Velho Senhor Muito Digno", afirma que o escritor "vem mais uma vez provar que se pode retratar um determinado [momento] histórico sem cair nas armadilhas à espera dos que se aventuram por esses caminhos". É o único que entende o texto como um romance histórico afinado com seu tempo. E acrescenta: "E o romancista vai mais longe ainda: dá provas de extremo domínio da técnica do romance, acrescentando com êxito a esse frágil equilíbrio o elemento perigoso da alegoria". Declarando que Erico veio a publicar o melhor romance brasileiro dos últimos dez anos, defende-o dos críticos que, como alguém se pronunciara sobre *O Prisioneiro*, se sentem "vexados" por andarem com seus livros debaixo do braço, duvidando que "coroem suas vidinhas de modo tão brilhante" (ALEV 03c0465-1972).

Em compensação, no ano seguinte, José Augusto Guerra, no Suplemento do *Estado de S. Paulo*, em artigo de 11 de março de 1973, intitulado "Do Permanente e do Incidental", reclama:

"Atadas as pontas da vida [está comparando *Fantoches* a *Incidente*], verifica-se que a prosa caricatural ora resulta de um desprezo à realidade, ora de uma visão unilateral dos problemas sociais e políticos. Em qualquer dos casos, sente-se a sombra do artifício engendrando as personagens, que não se movimentam com liberdade (para usarmos a palavra mágica), mas são dirigidas por cordões bem visíveis. Cordões que, quando presentes ou ausentes, determinam o que há de permanente e de incidental na ficção de Erico Verissimo" (ALEV 09b0004-1973).

Há um evidente mal-estar do crítico, que parece pender para o lado do regime vigente, procurando no elemento caricatural o defeito para desautorizar o efeito emancipatório da sátira.

O curioso, entretanto, é que, quatro anos depois do lançamento da primeira edição, em 1975, na edição de 14 de dezembro de *O Dia*, do Rio de Janeiro, na lista dos mais vendidos, aparece ainda *Incidente em Antares,* dessa vez em terceiro lugar, abaixo de *Os Tambores de São Luís*, de Josué Montello e *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca (ALEV 03c1285-1975). Num país como o Brasil de então, ainda sob um feroz regime de exceção, o fato de o romance continuar a figurar entre os mais vendidos demonstra o poder de fogo da alegoria de *Incidente*, tanto quanto a eficácia das estratégias adotadas para sua comercialização.

Seus editores souberam aproveitar os anseios do momento, oferecendo ao grande público um livro que trazia à tona as aspirações à liberdade, inclusive à liberdade do riso derrisório, suprimidas sob o tacão da ditadura. Valendo-se das restrições da censura, usaram-nas para a publicidade da obra com resultados de venda excepcionais, tanto que, em 1972, o dramaturgo Jorge Andrade, ao entrevistar Erico para a revista *Realidade,* recorda as três tiragens de 10.000 exemplares esgotadas em um mês (ALEV 03e0318-72). Da parte do escritor, esses esforços de divulgação foram apoiados por pronunciamentos à época do lançamento, respondendo a diversas entrevistas em veículos de grande circulação, como a *Manchete*, os quais direcionaram a leitura para o lado macabro do romance, resguardando seu teor crítico, que poderia atrair a atenção dos militares.

Em seu conjunto, essas iniciativas foram mais poderosas do que a força de coação do regime sobre o meio cultural, e também mais produtivas do que as posições da crítica na imprensa. Atados pela censura, ou de juízo formado sobre o escritor, os críticos de então não parecem haver alterado substancialmente a recepção do romance. Nos dias atuais, tendo mudado de chancela editorial (a Editora Globo de Porto Alegre foi vendida para a seção editorial paulista da Rede Globo e mais recentemente a Companhia das Letras obteve a cessão dos direitos de edição), *Incidente em Antares* retorna às livrarias em nova roupagem, suplementado por prefácios e estudos – tendo em vista a

passagem de mais de trinta anos desde seu lançamento e o nível de esquecimento da sociedade contemporânea quanto aos chamados "anos de chumbo" no Brasil.

Seu desígnio de sátira histórico-política, apesar da falta de memória da nação para com o seu passado recente, continua atuante, mesmo com a ditadura militar a uma distância presumivelmente segura. Os problemas de que trata – o poder discricionário das autoridades, a corrupção dos comportamentos individuais e sociais, a opressão dos pequenos pelos poderosos – estão à vista, escancaradamente, em cada esquina do país. E sempre há a atração do elemento macabro, da morte como revelação implacável, como destino equalizador, pronta a desinquietar as consciências acomodadas que, por abstenção, permitem o descalabro reinante.

REFERÊNCIAS DO ACERVO LITERÁRIO DE ERICO VERISSIMO

ALEV 03e0025-1971: GASTAL, Ney; PRZYBYLSKI, Susana. "Erico Verissimo, o Homem de Antares", in *Correio do Povo*. Porto Alegre, 24/ out./1971. Reportagem e entrevista.

ALEV 03e0112-1972: FERNANDES, Carlos M. "Verissimo: Evite o Espelho Mágico", in *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 12/mar./1972 (Suplemento Literário, capa).

ALEV 03e0318-1972: ANDRADE, Jorge. "A Liberdade Sempre Será a Minha Causa", in *Revista Realidade*. São Paulo, v. 6, n. 71, fev./1972, pp. 66-76.

ALEV 03c0465-1972: SANTARRITA, Marcos. "Erico: a Volta de um Velho Senhor Muito Digno", in *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17/abr./1972.

ALEV 03e0604-1971: TOTTI, Paulo."Um País em Julgamento", in *Veja*. nº 167, São Paulo, 17/nov./1971.

ALEV 03c0718-1971: PÓLVORA, Hélio. "Incidente em Antares", in *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8/dez./1971 (Caderno B).

ALEV 03c0778-1971: LACERDA, Carlos. "Os Fantasmas de Erico Verissimo", in *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27/nov./1971, p. 15 (Caderno Livro).

ALEV 03a1005-1973: VERISSIMO, Erico. "Sou Contra a Censura", in *Opinião*. São Paulo, 29/jan.-5/fev./1979, p.18.

ALEV 03c1185-1972: ATHAYDE, Tristão de. "O Antimachismo", in *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10/fev./1972.

ALEV 03c1188-1972: BARBOSA, Rolmes. "Os Poliedros de Erico Verissimo", in *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 3/fev./1972.

ALEV 03c1285-1975: "Os Mais Vendidos", in *O Dia*. Rio de Janeiro, 14/dez./1975.

ALEV 03c1447-1971: "Quem Olhou os Lírios do Campo e Viu Clarissa Vive 'Incidente em Antares'", in *O Globo*. Rio de Janeiro, 7/dez./1971.

ALEV 03e1497-1971: MARZOLA, Norma. "Erico Verissimo Falou e Disse", in *Revista Manchete*. nº 1026, Rio de Janeiro, 18/dez./1971.

ALEV 04b0061-1970: Agenda com notas para a revisão de *Incidente em Antares* e depoimento de Erico sobre o romance.

ALEV 04b0062-1970: Agenda contendo notas a respeito de *Incidente em Antares*, notas pessoais e um diário em que aparecem revelações sobre o andamento da composição desse romance nos Estados Unidos.

ALEV 8a0064-1971: Exemplar da 1ª edição de *Incidente em Antares*, publicado pela Editora Globo de Porto Alegre, em 1971, com capa de Roberto Miguens.

ALEV 09b0004-1973: GUERRA, José Augusto. "Do Permanente e do Incidental", in *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 4/mar./1973.